

Numero de inscrição

2025890117

Instituição

DESINSTITUTE

Título da tecnologia

Metodologia Para Processos De Desinstitucionalização De Pessoas Que Sofreram Maus Tratos Em Hospitais Psiquiátricos No Brasil

Título da Tecnologia Social

Metodologia para Processos de Desinstitucionalização de Pessoas que Sofreram Maus Tratos em Hospitais Psiquiátricos no Brasil

Nome da instituição proponente

Desinstitute

CNPJ da instituição proponente

37.204.713/0001-87

Endereço da instituição proponente

QNN 03 Conj C casa 29 - Ceilândia Norte DF

Contatos da instituição proponente

Desinstitute

61984177760

desinstitute@desinstitute.org.br ,

<https://desinstitute.org.br/> ,

@desinstitute

Dados do representante legal da instituição

Lucio Costa

222.705.878-12

Diretor Executivo

61-991131309

lucio.costa@desinstitute.org.br

Dado(s) do(s) responsável(is) pela Tecnologia Social

Lucio Costa

222.705.878-12

Diretor Executivo

Resumo da Iniciativa - até 700 caracteres

Documento que sistematiza metodologias de desinstitucionalização de vítimas de maus-tratos em instituições asilares no Brasil, majoritariamente pessoas negras, historicamente mais afetadas por internações forçadas. Censo Psicossocial de SP mostra que, embora pessoas negras representassem 27,4% da população estadual, constituíam 38,4% dos moradores desses locais. Em manicômios judiciários, 46% dos internados são homens negros com diagnósticos relacionados ao uso de substâncias (CEBRAP/CNJ, 2024). A tecnologia social reúne estratégias bem-sucedidas de superação do modelo asilar e de substituição por redes territoriais de cuidado, contribuindo para a superação das desigualdades étnico-raciais.

Situação Problema - até 1.200 caracteres

Apesar da Lei da Reforma Psiquiátrica (2001) e das normas internacionais sobre a temática, o Brasil continua encarcerando pessoas negras com supostos transtornos mentais em espaços asilares, sob a justificativa de cuidado. Dados do MS (2021) mostram que, apesar do custo alto, o país mantém 13.240 leitos em 109 hospitais psiquiátricos distribuídos por 81 municípios. Além disso, mais de 1000 pessoas permanecem institucionalizadas aguardando julgamento em manicômios judiciários, sem acesso a tratamento adequado (CEBRAPE/CNJ, 2024). Pessoas negras são as mais afetadas pelas práticas de violações de direitos relacionadas ao uso de substâncias, sendo que, das 240 pessoas entrevistadas na Cracolândia em 2019, 76,8% eram homens negros ou pardos (UNIFESP), frequentemente empurrados para internações forçadas em instituições asilares. Inspeções nacionais realizadas pelo MNPCT e pelo CFP (2017 e 2018) identificaram graves violações de direitos em 100% dessas instituições. Daí a importância da metodologia apresentada, que visa auxiliar na implementação de serviços substitutivos a essas instituições, fortalecendo uma rede de cuidados efetiva em saúde mental nos diferentes territórios.

Histórico da instituição proponente - até 2.500 caracteres

O Desinstitute é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua na promoção dos direitos humanos e do cuidado em liberdade nos campos da saúde mental, drogas e justiça criminal, no Brasil e na América Latina. Criado por profissionais com experiência na formulação de políticas públicas nas áreas de saúde, política de drogas e sistema de justiça, dedica-se à defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), dos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira e do Estado Democrático de Direito, com o objetivo de incidir tecnicamente sobre políticas públicas.

Seu surgimento está relacionado aos retrocessos observados, a partir de 2016, nas políticas brasileiras de saúde mental, marcados pela persistência e intensificação de práticas manicomialistas, como o aumento do financiamento público de instituições asilares. Nesse contexto, o Desinstitute consolidou-se como agente técnico de defesa dos direitos humanos e do cuidado em liberdade.

Desde sua fundação, a organização desenvolve tecnologias sociais relevantes, destacando-se a pesquisa “Painel Saúde Mental - 20 anos da Lei 10.216/01” (2021) e o documento “Desinstitucionalização: da saída do manicômio à vida na cidade” (2022), que sistematiza metodologias e protocolos de desinstitucionalização e fortalecimento das redes territoriais, comunitárias e intersetoriais de cuidado. No campo da formação e assessoria técnica, qualificou seis Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura no país, assessora a Defensoria Pública do Distrito Federal e mantém diálogo permanente com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, conselhos profissionais e órgãos do sistema de justiça, contribuindo para processos de desencarceramento e desinstitucionalização, especialmente de populações historicamente vulnerabilizadas, como a população negra.

Sua incidência política inclui participação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados, em grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça para a construção da Política Antimanicomial do Poder Judiciário, além de atuação como amicus curiae no STF e em demais tribunais superiores. A atuação comunicacional resultou em 29 publicações na imprensa, com alcance estimado de

81 milhões de pessoas, e parcerias com instituições como SESC, ONU e Fundo Brasil de Direitos Humanos, fortalecendo articulações no Sul Global.

Contribuição da iniciativa para solução do desafio - até 2000 caracteres

A metodologia de desinstitucionalização responde à ausência de protocolo sistematizado para a operacionalização da superação do modelo asilar no Brasil. Ao reunir marcos legais, estratégias de gestão, narrativas de sobreviventes e experiências exitosas em um documento técnico acessível, oferece instrumentos concretos para gestores públicos, operadores do direito e instâncias de controle social implementarem processos de desinstitucionalização em seus territórios.

A metodologia enfrenta as desigualdades étnico-raciais associadas à lógica asilar ainda presente na política de saúde mental brasileira, contribuindo para o enfrentamento de mecanismos de segregação que afetam desproporcionalmente a população negra e periférica. Sua construção colaborativa envolveu sobreviventes, majoritariamente pessoas negras que vivenciaram violência institucional, garantindo que suas perspectivas orientassem as estratégias propostas. As formações derivadas do documento qualificam agentes para identificar a atuação do racismo nas práticas institucionais, como internações forçadas e a naturalização da contenção física e química.

No âmbito dos manicômios judiciais, a metodologia evidencia o uso de diagnósticos relacionados ao uso de substâncias como mecanismo de manutenção da institucionalização de pessoas negras, propondo alternativas de cuidado territorial. A desinstitucionalização é compreendida como ação concreta de justiça racial, ao restituir direitos como circulação, autodeterminação e acesso à cidade.

O documento contribui ainda para a qualificação de mecanismos de prevenção à tortura, para a formulação de políticas locais antimanicômias, para processos de desencarceramento e para inspeções técnicas em instituições. A metodologia foi construída de forma colaborativa, envolvendo gestores, profissionais, operadores do direito, pesquisadores, ativistas e usuários de serviços territoriais, com linguagem acessível e organização temática voltada à aplicação prática em contextos locais.

Objetivos da iniciativa - até 1.000 caracteres

Objetivo Geral:

Sistematizar metodologia reaplicável para processos de desinstitucionalização de instituições asilares, oferecendo instrumental técnico-normativo que oriente gestores públicos, operadores do direito, trabalhadores e o controle social na implementação de políticas de cuidado comunitário e territorial.

Objetivos Específicos:

Contribuir para a superação de instituições asilares no Brasil; enfrentar as desigualdades étnico-raciais associadas à lógica asilar na política de saúde mental; combater mecanismos de segregação que afetam desproporcionalmente a população negra; fortalecer a rede de cuidado comunitária e territorial; evidenciar a função das internações forçadas como dispositivos de controle racial; garantir que processos de desinstitucionalização considerem as vulnerabilidades da população negra institucionalizada; e subsidiar políticas de reparação para pessoas negras submetidas à segregação asilar.

Descrição da iniciativa - até 5.000 caracteres

A metodologia de desinstitucionalização materializa-se no documento técnico "Desinstitucionalização: Da saída do manicômio à vida na cidade - estratégias de gestão e de cuidado", publicado em maio de 2023, que sistematiza processos para fechamento de instituições asilares e implementação de rede de cuidados comunitária e territorial. A iniciativa compreende tanto a construção colaborativa do documento quanto sua aplicação por meio de formações e assessorias técnicas territorializadas.

Fase 1 - Construção Colaborativa (2020-2022):

A metodologia iniciou com rodas virtuais de conversa realizadas em outubro de 2020, reunindo gestores estaduais e municipais de saúde mental, profissionais da RAPS, operadores do direito e militantes da luta antimanicomial. Esses encontros identificaram lacunas, desafios práticos e demandas dos territórios. Em seguida, constituiu-se Grupo de Discussão e Acompanhamento (GDA) com representantes de experiências municipais e estaduais exitosas de desinstitucionalização, que compartilharam estratégias, protocolos e aprendizados.

Paralelamente, realizou-se pesquisa sistemática de marcos legislativos e regulatórios nacionais e internacionais sobre desinstitucionalização, reforma psiquiátrica e direitos humanos. Para garantir centralidade da perspectiva de quem vivencia os serviços, conduziram-se rodas de conversa com 15 sobreviventes de manicômios de diversas regiões brasileiras, cujas narrativas sobre trajetórias de institucionalização e cuidado foram incorporadas ao documento.

O processo incluiu três momentos de validação coletiva: apresentação de versão preliminar ao GDA, consulta a movimentos sociais e organizações da sociedade civil e validação final com gestores e sobreviventes. Essa construção participativa assegurou que a metodologia refletisse tanto o rigor técnico-jurídico, quanto a viabilidade prática na perspectiva dos direitos humanos.

Fase 2 - Estruturação do Documento:

O documento organiza-se em quatro capítulos complementares. O Capítulo 1 conceitua desinstitucionalização na política brasileira, compilando marcos legais (Lei 10.216/2001, Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, etc.) e contextualizando retrocessos do período de 2015-2022. O Capítulo 2 apresenta vozes dos sobreviventes de espaços asilares, evidenciando violações vivenciadas e expectativas de cuidado. O Capítulo 3 detalha a operacionalização dos processos, incluindo estratégias de gestão para diagnóstico institucional, planejamento de fechamento, construção de alternativas comunitárias e acompanhamento de sobreviventes. O Capítulo 4 aborda direito à cidade, com orientações sobre acesso à moradia, trabalho, renda, saúde e cultura.

Fase 3 - Aplicação e Reaplicabilidade:

A metodologia aplica-se através de múltiplas estratégias. Em formações presenciais, o Desinstitute qualificou a atuação de mecanismos de prevenção à tortura, defensorias públicas e outros atores, traduzindo conteúdos do documento em protocolos adaptados aos contextos locais. Até 2024, capacitou 6 mecanismos (5 estaduais e 1 nacional) em Rondônia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Acre e Maranhão, tendo como desdobramentos inspeções qualificadas em instituições de saúde mental, recomendações fundamentadas e articulação com sistema de justiça.

Na assessoria técnica direta, a metodologia embasa construção de fluxos antimanicomiais territoriais, como ocorre com a Defensoria Pública do DF (em desenvolvimento). No desencarceramento individual, fornece fundamentação técnico-jurídica para processos que resultam em transição de pessoas de manicômios judiciais para serviços comunitários, comprovando a viabilidade do cuidado em liberdade.

Como material de consulta, o documento é utilizado por gestores, trabalhadores e estudantes para planejamento de políticas, elaboração de projetos terapêuticos singulares e produção acadêmica. Sua disponibilização pública em formato digital garante acesso amplo e gratuito.

Parcerias:

A construção contou com colaboração de gestores municipais e estaduais, profissionais da RAPS, sobreviventes de manicômios, movimentos sociais e pesquisadores. O lançamento foi realizado em parceria com a ONU, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e o Conselho Federal de Psicologia.

A aplicação territorial conta com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, de defensorias públicas e de mecanismos de prevenção à tortura, estabelecendo rede intersetorial de implementação da política antimanicomial.

Interação com a Comunidade - até 2.000 caracteres

A interação com a comunidade é princípio central da metodologia, operacionalizada por meio de processos participativos em todas as etapas. A noção de comunidade é ampliada e envolve sobreviventes de instituições asilares, familiares, trabalhadores, movimentos sociais, organizações territoriais, pesquisadores e docentes.

Planejamento:

As 15 pessoas sobreviventes que participaram das rodas de conversa eram majoritariamente negras e periféricas, refletindo o perfil da população institucionalizada no Brasil. Essa composição foi intencional, reconhecendo a centralidade das experiências de pessoas negras para compreender o funcionamento do racismo nas práticas institucionais. Suas narrativas orientaram a estrutura, a linguagem e as ênfases da metodologia, evidenciando a articulação entre raça, classe, gênero e território na produção da violência institucional.

Execução:

As narrativas de sobreviventes constituem capítulo próprio do documento e fundamentam as estratégias propostas, enfrentando o epistemicídio. Nas formações territoriais, o debate sobre o racismo nas práticas manicomial é eixo transversal, qualificando agentes para identificar estereótipos que legitimam internações e contenções. A disponibilização pública ampliou o alcance da metodologia, com 294.305 downloads no site do Desinstitute, indicando ampla apropriação em processos formativos, planejamento de políticas, produção acadêmica e advocacy. As formações envolvem atores locais na adaptação dos protocolos às realidades territoriais.

Monitoramento:

Nos territórios com atuação direta, há acompanhamento sistemático, incluindo construção de fluxos institucionais, como na Defensoria do DF, e inspeções com participação de sobreviventes e familiares. Por ser material público, há limitações para mensurar o uso dos downloads para além das ações diretas.

Estratégia de Continuidade das Ações - até 2.000 caracteres

A continuidade da metodologia organiza-se em estratégias complementares que asseguram sua permanência, atualização e ampliação de impacto ao longo do tempo.

Formações continuadas:

O Desinstitute mantém agenda permanente de formações em novos territórios, ampliando progressivamente o alcance da metodologia. Após formações realizadas em seis estados (Rondônia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Acre e Maranhão), novos cursos estão em estruturação, constituindo uma rede nacional de agentes qualificados que multiplicam os conteúdos em seus campos de atuação. Essa estratégia garante disseminação territorial e apropriação local da metodologia.

Atualização do documento:

A organização atua na captação de recursos para atualizar o documento, incorporando avanços legislativos, como a Resolução CNJ nº 487/2023, novas experiências exitosas de desinstitucionalização, retrocessos recentes e produção acadêmica atualizada. O prêmio contribuirá diretamente para viabilizar essa atualização, assegurando a atualidade e robustez técnico-normativa da metodologia.

Parcerias institucionais:

Foram estabelecidas parcerias estratégicas que garantem perenidade, incluindo financiamento de formações, construção de protocolos institucionais duradouros com defensorias públicas, incorporação da metodologia por mecanismos de prevenção à tortura e articulações com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e conselhos de classe.

Influência em políticas públicas:

A metodologia transcendeu o caráter de documento técnico para tornar-se referência na construção de políticas públicas, orientando protocolos institucionais, recomendações técnicas e decisões judiciais, o que assegura continuidade para além da organização proponente.

Disponibilização pública:

O acesso gratuito e permanente ao documento, com mais de 294.305 downloads, garante ampla circulação e apropriação social da metodologia.

Resultados Alcançados - até 2.500 caracteres

Resultados Quantitativos:

A metodologia alcançou impacto mensurável em diferentes dimensões. O documento registra 294.305 downloads desde sua publicação, indicando ampla apropriação por público diversificado. Foram qualificados seis mecanismos de prevenção à tortura (cinco estaduais e um nacional) em formações realizadas em seis estados (Rondônia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Acre e Maranhão), alcançando aproximadamente 180 agentes públicos. A comunicação orgânica resultou em 29 publicações na imprensa, com alcance estimado de 81 milhões de pessoas, consolidando o Desinstitute como referência técnica nacional. Três defensorias públicas estaduais (DF, SP e PR) estão em processo de assessoria ou negociação para construção de protocolos antimanicômias. A elaboração do documento envolveu diretamente 15 sobreviventes de instituições asilares e passou por três rodadas de validação coletiva com gestores, trabalhadores e militantes.

Resultados Qualitativos:

Os mecanismos qualificados passaram a realizar inspeções mais qualificadas em instituições de privação de liberdade, produzindo recomendações técnicas fundamentadas na metodologia. Em Rondônia, a formação resultou na participação do Desinstitute em seminário da Escola da Magistratura e em reunião com a Presidência do Tribunal de Justiça, indicando incidência institucional ampliada. No Distrito Federal, a assessoria à Defensoria Pública levou à construção colaborativa de fluxo antimanicomial, com

participação de sobreviventes, familiares e trabalhadores, em fase avançada de implementação.

A metodologia também embasou processos de desencarceramento, viabilizando a transição de pessoas de manicômios judiciários para o cuidado comunitário, além de subsidiar atuação como *amicus curiae* no STF e denúncias internacionais. Os mecanismos formados incorporaram análise racial em suas inspeções, identificando práticas discriminatórias, como uso desproporcional de contenção física em pessoas negras. Pesquisadores, docentes, estudantes e trabalhadores relatam uso do material em atividades acadêmicas, projetos terapêuticos e planejamento de ações territoriais.

Acompanhamento:

O monitoramento ocorre por meio de diálogo contínuo com territórios, análise de relatórios produzidos, registros de download, clipping de mídia, participação em eventos e canais diretos de retorno dos usuários do material.

Local(is) de implantação e público atendido pela iniciativa

A metodologia foi construída nacionalmente por meio de processo colaborativo (2020-2022) envolvendo 15 sobreviventes de instituições asilares de diversas regiões brasileiras, além de gestores, trabalhadores da saúde e assistência social, operadores do direito e militantes do movimento antimanicomial.

As formações presenciais para qualificação técnica de mecanismos de prevenção e combate à tortura ocorreram em seis estados: Porto Velho (RO) com 25 participantes, Rio Branco (AC) com 8 participantes, São Luís (MA) com 15 participantes, Rio de Janeiro (RJ) com 10 participantes, Natal (RN) com 24 participantes e Brasília (DF) com 6 participantes do Mecanismo Nacional, totalizando 88 agentes capacitados. A assessoria técnica para construção de fluxo antimanicomial realizada em Brasília (DF) junto à Defensoria Pública do Distrito Federal envolveu 79 participantes entre defensores públicos, servidores, equipe psicossocial, sobreviventes e familiares.

O público direto totaliza 167 pessoas, com perfil predominantemente feminino (aproximadamente 75% mulheres cis), sendo 50% de pessoas pardas, 30% brancas, 18% pretas, além de 2 pessoas indígenas, 2 pessoas quilombolas e 2 pessoas trans. A faixa etária varia entre 21 e 70 anos, com concentração entre 35-45 anos. Trata-se majoritariamente de agentes públicos atuantes em mecanismos de prevenção à tortura, defensorias públicas, sistema de justiça e rede de cuidados em saúde mental.

O público indireto alcança aproximadamente 24.000 pessoas anualmente através da atuação profissional dos agentes capacitados, que realizam inspeções em instituições de privação de liberdade, fundamentam processos de desencarceramento e constroem protocolos antimanicomiais em seus territórios. O documento registra 294.305 visualizações desde sua publicação, evidenciando apropriação por público amplo e diversificado em âmbito nacional, incluindo estudantes, pesquisadores, docentes, trabalhadores da saúde mental, assistência social e gestores públicos de todo o Brasil.

Valor estimado para implantação da Tecnologia Social

O custo de implantação varia conforme o território: número de pessoas institucionalizadas, instituições a fechar, estrutura da RAPS e equipe. A instituição fornece formação para aplicar a metodologia, com custo entre R\$ 15 mil e R\$ 40 mil por território e abrange capacitação de gestores, operadores do direito, trabalhadores, materiais didáticos e assessoria para adaptar protocolos locais.

A implantação exige equipe técnica já existente no território: profissionais da saúde mental (psicologia, serviço social, terapia ocupacional, enfermagem, medicina), assistência social, operadores do direito, gestores da RAPS e conselhos de direitos. São necessários, também, articuladores comunitários para visitas, oficinas, diagnósticos e construção dos PTS.

Qual Desafio Fundação BB 40 anos proposto no item 6.4 do regulamento (Igualdade Étnico-Racial, Consumo e Produção Responsáveis, Energia Limpa e Acessível), sua Tecnologia Social pretende atender?

Igualdade Étnico-Racial - Buscam-se soluções efetivas no enfrentamento às violências de gênero e racial, em especial da juventude, em conexão com o ODS 18, objetivo adotado pelo Brasil para promoção da igualdade étnico-racial na sociedade brasileira, com foco específico nas desigualdades que afetam especialmente os povos indígenas e a população negra.

Link do Youtube da iniciativa (opcional)

<https://www.youtube.com/watch?v=udKfTMbmLsQ&t=3s>

Documento na integra : <https://desinstitute.org.br/documento/desinstitucionalizacao-da-saida-do-manicomio-a-vida-na-cidade-estrategias-de-gestao-e-de-cuidado.pdf?x27816>